

Índice

Introdução	9
I. NO NORTE DE ÁFRICA – ESTRATÉGIAS DE OCUPAÇÃO E PROJECTOS	11
1. Mouro para os cristãos e cristão para os mouros – o drama de Bentafufa	13
2. O papel dos moradores na apropriação de espaços sob domínio português em Marrocos – o caso de Azamor	40
3. A persistência de um sonho imperial português – projectos e arbítrios de conquista no Norte de África	98
II. NOS MEANDROS DA ÁSIA MARÍTIMA – HISTÓRIAS DE VIDAS	115
4. Degredados e arrenegados no espaço índico nos primórdios do século XVI	117
5. Linhas de diálogo abertas pelos trânsfugas portugueses (séculos XVI e XVII)	132
6. As andanças de um bracarense em terras asiáticas – João Machado / Çufo	151
7. A viagem de Gonçalo Pereira Marramaque do Minho às Molucas ou Os Itinerários da fidalguia portuguesa no Oriente	176
8. O assassinio do rei de Maluco – reabertura de um processo-crime	195
9. Os caminhos malditos da projecção de Portugal no mundo: o caso de Cristóvão Ferreira	215
III. DAS ITINERÂNCIAS MARÍTIMAS	243
10. Uma leitura do cosmopolitismo português na época dos Descobrimentos e Expansão marítima (A propósito da exposição Rota do Cabo – ligação de mundos)	245
11. Os “heróis de Mar” nas letras portuguesas de Quinhentos	252
12. Uma Introdução à <i>História Trágico-Marítima</i>	263

IV. NOS TRILHOS DA MEMÓRIA	303
13. Os cronistas do Império – da gesta das armas aos barões assinalados	305
14. Gaspar Correia e a lenda dos dois bons irmãos, Paulo e Vasco da Gama	313
15. Manuel Severim de Faria e a circulação, conservação e construção de saberes sobre a história da Índia Portuguesa e as culturas asiáticas	329
16. Configurações do Extremo Oriente na produção literária de Seiscentos e Setecentos	341
V. EM REDOR DE DIOGO DO COUTO	389
17. Camões e Couto – paralelismos e cruzamentos	391
18. Diogo do Couto (1542-1616) – O Porta-Voz da Índia Portuguesa	401
19. As Vozes da Índia nas <i>Décadas da Ásia</i> de Diogo do Couto	414
20. Do discurso historiográfico de Couto aos trabalhos forçados do editor	428
Apêndice 1. Origem dos textos aqui publicados	455
Apêndice 2. Siglas	459

Introdução

O conjunto de artigos ora publicados refere-se a períodos compreendidos entre meados do séc. XV e o último quartel do séc. XVIII e têm como pano de fundo duas áreas do império colonial português – o Norte de África (Marrocos) e o Oriente asiático. Consideradas como “terras de conquista”, cada uma delas foi palco de constantes conflitos armados com os outros povos, nomeadamente povos muçulmanos, e destino regular de gente de armas. Vistas sob esta perspectiva, pode mesmo afirmar-se terem sido palco de um processo de continuidade temporal, sendo a vertente vincadamente guerreira da actuação portuguesa, mesmo quando estavam em jogo interesses mercantis, a irmaná-las, e a explicar em grande medida, comportamentos, vivências, modos de estar e, sobretudo, o registo que delas se guardou.

Tal irmandade estendeu-se à produção literária nacional pois é em torno da expansão portuguesa nessas regiões que se desenvolve uma historiografia glorificadora dos feitos militares: as crónicas de matéria exclusivamente ultramarina. Um fenómeno que não aconteceu, ou só tardiamente aconteceu, em relação a outras áreas do império, como o Brasil e a África Negra.

À excepção de dois artigos até ao momento inéditos, todos os artigos aqui apresentados, embora por vezes reformulados, foram já objecto de impressão, encontrando-se dispersos, por revistas, actas de colóquios ou colectâneas da especialidade, em geral pouco acessíveis. Por essa razão, se apresenta, no final da obra, um apêndice com listagem dos artigos, seguida de informação sobre a reunião científica onde foi apresentado, bem como as coordenadas da respectiva publicação.

Procuramos arrumá-los em torno de cinco áreas temáticas.

Na primeira, centrada no Norte de África, põe-se o enfoque nas estratégias de ocupação, quer através do estudo de caso de um agente de mediação e controle das populações autóctones, quer através do estudo de grupos sociais (moradores/as) e do respectivo contributo para a formação e fixação de sociedades portuguesas nos lugares conquistados. Finaliza-se com reflexão em torno do sonho imperial de conquista de Marrocos que persistiu até Alcácer Quibir. Na segunda, “Nos meandros da Ásia Marítima”, partindo do colectivo para o

individual, analisam-se percursos, histórias de vidas, na sua maioria de figuras marginalizadas que passaram os limites do império oriental ou que circularam nas suas margens. Na terceira, sob o título “Das Itinerâncias marítimas”, agrupámos trabalhos incidindo sobre a constante mobilidade entre terras ultramarinas, cujos protagonistas são os heróis e as vítimas da vertente naval da expansão portuguesa. Na quarta, a que chamámos “Nos trilhos da memória”, abordam-se as configurações da cronística do império e seus epígonos no Extremo Oriente, incorporando uma reflexão sobre o tema. Na quinta e última, apresentamos um bloco de quatro artigos inteiramente dedicados a Diogo do Couto, fazendo um ponto de situação sobre a vida e produção literária deste escritor.

Apesar de os textos funcionarem como peças avulsas, todos eles versam temas em grande medida afins. Não se surpreenda, pois, o leitor ao deparar com algumas repetições de ideias ou de trechos relativos a matérias que se interrelacionam ou se sobrepõem. Tenha-se ainda em consideração que, se alguns destes artigos foram dirigidos a públicos especializados dispensando grandes contextualizações, outros, porque tendo em atenção um público mais alargado, incluindo estrangeiro, exigiram prévios enquadramentos gerais.

Permitimo-nos ainda chamar a atenção para as opções que adoptámos na transposição dos textos antigos: nas citações de textos quinhentistas e seiscentistas procedeu-se à actualização ortográfica, mantendo-se, no entanto, alguns arcaísmos nas transcrições poéticas, por razões de métrica; nos antropónimos e topónimos marroquinos e asiáticos usou-se a forma aportuguesada dos textos portugueses da época, seguida, na primeira ocorrência, da transcrição latinizada do nome vernacular hodierno entre parêntesis rectos.

Faria prova de ingratidão se aqui não manifestasse o mais profundo reconhecimento a quantos me apoiaram, ajudaram e incentivaram a preparar este trabalho. Permito-me, no entanto, expressar dois agradecimentos muito especiais. Ao Francisco Mendes pela ideia e pela persistência, sem as quais a publicação desta colectânea talvez nunca se tivesse concretizado. Ao Arlindo Fagundes pelo minucioso trabalho de revisão analítica e estilística dos textos.

Uma última palavra de reconhecimento às instituições que apoiaram a presente edição: CHAM – Centro de Humanidades (NOVA FCSH / UAc), Instituto Confúcio da Universidade do Minho e Fundação Eng. António de Almeida.

Maria Augusta Lima Cruz

CHAM, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas,
FCSH, Universidade NOVA de Lisboa

I.

NO NORTE
DE ÁFRICA

– ESTRATÉGIAS
DE OCUPAÇÃO E
PROJECTOS

1. Mouro para os cristãos e cristão para os mouros – o drama de Bentafufa

A Rome, tu étais “le fils de l’Africain”; en Afrique, tu seras “le fils du ‘Roumi’”. Où que tu sois, certains voudront fouiller ta peau et tes prières. Garde-toi de flatter leurs instincts, mon fils, garde-toi de ployer sous la multitude! Musulman, juif ou chrétien, ils devront te prendre comme tu es, ou te perdre. Lorsque l’esprit des hommes te paraîtra étroit, dis-toi que la terre de Dieu est vaste, et vastes Ses mains et Son cœur. N’hésite jamais à t’éloigner, au-delà de toutes les mers, au-delà de toutes les frontières, de toutes les patries, de toutes les croyances.

(Derradeiras palavras de Leão Africano a seu filho, segundo a autobiografia imaginária, *Léon l’Africain*, de Amin Maalouf)

Compulsando a documentação relativa à história da ocupação portuguesa da praça marroquina de Safim [Safi], desde o processo que antecedeu a conquista desta cidade até sensivelmente aos finais da segunda década do séc. XVI, a nossa atenção não pode deixar de se prender na figura controversa de um homem que, ao tempo, suscitou polémica e, a seu jeito, transgrediu os tradicionais alinhamentos do secular confronto entre Muçulmanos e Cristãos. Trata-se de um “mouro” geralmente designado nas fontes árabes pelos nomes “Yahya ben Ta’fuft” e “Yahya u Ta’fuft”¹. Nos textos em aljamia, tanto aparece referen-

¹ A partícula berbere “u” que, na segunda forma, liga o nome ao sobrenome é bem provável que remeta, não para a sua filiação, mas para a terra donde seria originária a sua família: Tafuf ou Tanfuf, aldeia situada na região de Xerquia [Cherkiya], a quinze léguas de Azamor, junto ao rio Morbea (Umm al-Rabi). Cf. anotações de Pierre de Cénival à carta de João de Meneses a D. Manuel, s. l. n. d. (Azamor, cerca de 15 de Fevereiro de 1514), pub. *Les Sources Inédites de l’Histoire du Maroc*, Portugal, tome I, p. 482, n. 2 e p. 483, n. 4. Doravante, passaremos a designar esta colectânea pela sigla *SIHM*.

ciado pela reprodução do primeiro nome, Ihahia / Ihea / Hehea / Hea / Iehie, precedida frequentemente pelo título “cide” / “side”, como pela do sobrenome, ligado ou não à partícula de filiação “ben”, Tanfut / Tafuf / Tafuu / Bentaful / Bentafula.

Bentafula², como passaremos a chamar-lhe, segundo tudo indica, era de origem berbere. Nesse sentido aponta o testemunho de Estevão Rodrigues Bérrio quando, em 1514, aconselhava o rei D. Manuel a atribuir-lhe uma guarda de cem cavaleiros “Vossa Alteza será servido e o Mouro será estimado entre os Alarves (*entenda-se* “árabes”), e as cousas que cumprem a vosso serviço serão feitas, porque este mouro é bárbaro (“berbere”) e não se faz às vezes o que ele manda pera isto”³. Bentafula foi, com o capitão e governador de Safim, Nuno Fernandes de Ataíde, um dos principais obreiros de criação de um protectorado português nas planícies meridionais de Marrocos, através da constituição de um vasto território de “mouros de pazes”, abarcando inicialmente as terras de Garabia [Gharbya] e Abida [Abda] e, após a conquista de Azamor (1513), também as de Xerquia [Cherkiya], ou seja, toda a região de Duquela [Doukkala]. Esta experiência de alargamento da área de intervenção territorial portuguesa, embora efémera, muito deveu à colaboração prestada por este muçulmano que, durante cerca de oito anos (1510/1511 a 1518), foi, por nomeação da Coroa portuguesa, alcaide dos referidos “mouros de pazes”. No seu acidentado percurso de vida, recheado de campanhas militares nos campos marroquinos e de missões político-diplomáticas junto dos senhores e reis locais, destacam-se duas estadias em Portugal: a primeira de 1507 a 1510/1511; a segunda, de 1514 a 1516. Em ambas, partiu da sua terra natal sob suspeita de traição aos portugueses, em ambas a ela regressou ilibado de acusações e com poderes e competências reforçados.

* * *

2 Seguimos a forma utilizada por David Lopes, *Textos em aljamía portuguesa – Documentos para a História do domínio português em Safim, extrahidos dos originaes da Torre do Tombo*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1897.

3 Carta de Estevão Rodrigues Bérrio a D. Manuel, Tavira, 19 de Maio de 1514, ANTT, CC, I-15-39, pub. *Documentos do Corpo Chronologico relativos a Marrocos (1488 a 1514)*, coordenados, revistos e prefaciados por António Baião, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1925, pp. 90-93; *SIHM*, Portugal, I, pp. 552-558.

É bem significativo o volume de fontes de arquivo existentes sobre este alcaide, não só escritas em línguas românicas como em árabe. Também cronistas e tradadistas da época como, entre outros, Damião de Góis⁴, Diego de Torres⁵, Leão Africano⁶ e Luis del Mármol Carvajal⁷, lhe dedicaram especial atenção nas suas obras. De entre eles destacam-se Leão Africano e Damião de Góis.

O primeiro, porque, nas suas andanças diplomáticas em Marrocos (1508 a 1515), ao serviço dos sultões oatácidas de Fez, conheceu bem o mundo magrebino da época, assim como os efeitos das investidas portuguesas na região, que testemunha sob a perspectiva do olhar muçulmano. Acresce ainda que teve oportunidade de conhecer pessoalmente Bentafufa: foi ele o seu interlocutor em missão diplomática junto dos portugueses incumbido pelo rei de Fez e pelo Xarife, “príncipe de Sus e Hea”⁸; com ele coabitou aquando da sua passagem pela localidade de Tumeqlast: “*Io fui in questa terra allogiato com Sidi Iehie, che era venuto a scuoter li tributi di quel paese in nome del re di Portogallo, dal qual era stato fatto capitano della campagna di Azafi*”⁹.

Quanto ao segundo, Damião de Góis, porque foi aquele que mais informação carregou sobre a actuação de Bentafufa, apresentando, por vezes, versões variantes das transmitidas pelas vias oficiais, algumas das quais teria colhido em testemunhos orais e em testemunhos escritos hoje eventualmente perdidos.

Refira-se, por último, que são conhecidos, pelo menos, catorze documentos da autoria de Bentafufa, dos quais dez cartas dirigidas ao rei D. Manuel I. Além das cartas a D. Manuel, há uma dirigida a um tal D. Nuno (sem apelido, possivelmente Nuno da Cunha, o que foi vedor da Fazenda e governador da Índia) e outra a seu tio e aos habitantes de Cernu [Sernou]. Os restantes textos

4 *Chronica do felicissimo rei Dom Emmanuel, dividida em quatro partes* (1.ª edição, 1566-1567), edição de J.M. Teixeira de Carvalho e David Lopes, Coimbra, 1926. Doravante *Crónica de D. Manuel*.

5 *Relacion del origen y suceso de los xarifes y del estado de los reinos de Marrocos, Fez y Tarudante*, (1.ª edição, póstuma, 1586, sendo a redacção anterior a 1575), nova edição anotada de Mercedes García Arenal, Madrid, Siglo XXI de España Editores, 1980.

6 “Della descrizione dell’Africa e delle cose notabili che quivi sono per...”, *Navigazioni e viaggi* de Giovanni Battista Ramusio, vol I (1.ª edição, 1550), edição de Marica Milanese, Torino, Einaudi Editore, 1978, pp. 9-460.

7 *Descripcion general de Affrica, con todos los sucesos de guerras que a avido entre los infieles, y el pueblo Christiano...*, Granada / Malaga, 1573 e 1599.

8 Leão Africano, *Della descrizione dell’Africa*, ed. cit., p. 110.

9 Idem, *ibidem*, p. 92. A localidade, em que ocorreu este encontro, situava-se a pouco mais de 20 Km da costa e a cerca de 50 Km da cidade de Marraquexe.

são duas ordenanças de nomeação de almocadens, acompanhadas dos códigos penais das respectivas tribos.

Todos estes escritos da autoria de Bentafufa se conservam no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa: nove são originais (quatro escritos em árabe e cinco em português); os restantes são cópias da época, escritas quer em árabe, quer em tradução portuguesa, quer em aljamiado (tradução portuguesa em caracteres árabes). De alguns, possuem-se mesmo três versões contemporâneas: em árabe, em tradução portuguesa e em aljamiado.

Nos finais do séc. XIX, David Lopes publicou grande parte destes documentos, assim como outras fontes de arquivo relativas à história do domínio português em Safim, na colectânea *Textos em aljamia portuguesa*, precedendo-a de uma introdução, que inclui um encomiástico capítulo dedicado à figura de Bentafufa, a cuja actuação como alcaide dedicou, anos mais tarde, atenção especial num dos capítulos sobre os Portugueses em Marrocos para *História de Portugal* dirigida por Damião Peres¹⁰. Posteriormente, estes e outros documentos viriam a ser publicados por Pierre de Cénival, David Lopes e Robert Ricard na monumental recolha de fontes sobre Marrocos, *Les Sources Inédites de l'Histoire du Maroc, Première série – Dynastie Sa'dienne*, feita em arquivos e bibliotecas de Portugal¹¹.

A partir destas fontes e do seu cruzamento com muitas outras sobre a expansão portuguesa em Marrocos, particularmente em Safim, procuraremos, neste estudo, gizar a trajectória de Bentafufa. Um percurso cujo sentido tentaremos compreender à luz, não só da evolução das estratégias de poder e do complexo jogo de lealdades e de alianças, mas também da multiplicidade de

10 Cf. capítulo V – “Os portugueses em Marrocos no tempo de D. Manuel” da *História de Portugal*, dirigida por Damião Peres, Barcelos, Portucalense Editora, 1931, vol. III, pp. 485-499; a resenha biográfica de David Lopes, assente na *Crónica de D. Manuel* e em documentos não datados publicados nos *Textos em aljamia*, enferma de algumas imprecisões no ordenamento dos passos fundamentais da vida do alcaide. Sobre o percurso biográfico de Bentafufa, ver ainda Bernard Rosenberger, “Yahyâ u Tâfuft (1506-1518) des ambitions deçues”, *Hespéris – Tamuda*, vol. XXXI (1993), pp. 21-59; Matthew T. Racine, “Service and Honor in Sixteenth-Century Portuguese North Africa: Yahya-u-Ta’fuft and Portuguese Noble Culture”, *Sixteenth Century Journal*, n.º 32 (2001), pp. 67-90

11 Doravante SIHM. Para o estudo em apreço, só os dois primeiros tomos interessam: tomo I (Julho de 1486 a Abril de 1516), organizado por Pierre de Cénival, Paris, Paul Geuthner, 1934; tomo II (Maio de 1516 a Dezembro de 1526), organizado por David Lopes e Robert Ricard, Paris, Paul Geuthner, 1939.

experiências e vivências que as expansões marítimas europeias, designadamente ibéricas, configuraram.

O caso de Bentafula ilustra a história de um homem que, sem arrenegar da fé em que nasceu e foi criado, escolheu colaborar com o “infiel” e invasor e, ao serviço dele, conduzir acções armadas contra / entre os seus “compatriotas” e irmãos de religião. E, em última análise, testemunha o drama de um homem que, pouco antes de morrer assassinado, confessava: *“Os Mouros dizem que sou cristão, e os Cristãos dizem que sou mouro, e assim estou em balanças sem saber o que hei-de fazer de mim, senão o que Deus quiser, e quem boa correição tiver Alá o salvará”*¹².

1. De Marrocos a Portugal – a ascensão de um caudilho (1506-1510)

Nada sabemos sobre a vida de Bentafula até à sua aparição na vida política de Safim, em 1506, ligado a acontecimentos que, a breve prazo, levariam à conquista desta cidade pelos Portugueses, em 1508.

O porto de Safim, sendo uma das principais escáfulas da produção cerealífera das planícies meridionais de Marrocos, designadamente Duquela [Doukkala] e Enxovia (Chaouia), desde cedo estimulou o interesse português. Interesse acrescido, à medida que a expansão marítima foi avançando para a África subsariana e se foi constatando a importância da Berbéria como produtora de mercadorias de troca essenciais para o resgate do ouro e dos escravos da Guiné.

Trigo, cavalos e panos de Marrocos eram as principais moedas de troca das feitorias de Arguim e da Mina. Dos têxteis – lambéis (*hambels*), alquicés (*haiks*) e aljarvias (*djebalas*) – os mais apreciados eram os lambéis ou alambéis (semelhantes a mantas alentejanas), a ponto de D. Manuel I, ainda antes da conquista de Safim, ter ordenado que aí se instalasse uma manufactura¹³.

12 Carta de Bentafula a D. Nuno, s.l.n.d. (escrita dos arredores de Safim, depois de 24 de Junho de 1517), ANTT, Casa dos Tratados, Documentos árabes, Caderno dos aljamia-dos, pub. David Lopes, *Textos em aljamia*, pp. 62-71 e *SIHM*, Portugal, II, pp. 116-110.

13 Sobre o assunto ver o estudo pioneiro de Robert Ricard, “Le commerce de Berbérie et l’organisation économique de l’empire portugais aux XV et XVI siècles”, *Annales de l’Institut d’Etudes Orientales de la Faculté des Lettres d’Alger*, II, 1936, pp. 266-290; reed. *Études sur l’Histoire des Portugais au Maroc*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1955, pp. 81-114.

Esta é uma das razões fundamentais para assistirmos a uma progressiva intervenção portuguesa nestas regiões marroquinas a partir da segunda metade do século XV, bem diferente, pelo menos nos meios, da estratégia de conquista e efectiva ocupação territorial que fora e continuava a ser seguida no norte de Marrocos, o chamado “Algarve de Além-Mar”¹⁴.

Aproveitando a fragmentação política do território e a situação de insegurança de algumas cidades marítimas já então emancipadas do reino de Fez ou do emirado de Marraquexe, a Coroa portuguesa conseguiu nelas instalar feitorias, através de contratos previamente acordados com os seus moradores. Estes, a troco da garantia de protecção e de oferta de condições de comércio em Portugal semelhantes às proporcionadas aos mercadores portugueses, reconheciam a suserania da Coroa portuguesa, comprometiam-se a pagar um tributo anual e a ceder, nas respectivas cidades, espaços adequados ao funcionamento de feitorias portuguesas. Deste modo, estabeleceram-se senhorios nominais em localidades como Anafé [Anfa], Azamor [Azemmour], Safim e Meça (Massa). No caso de Safim, um primeiro contrato deste tipo teria sido feito por volta de 1450 ou 1460, ainda no reinado de D. Afonso V, sendo posteriormente renovado por D. João II¹⁵ e D. Manuel I¹⁶. As “cartas de quitação” passadas por D. Manuel aos seus feitores de Safim, desde 1491, até à conquista da cidade, em 1508, permitem avaliar a importância comercial alcançada por esta região na economia do império¹⁷.

No entanto, nas primeiras décadas do séc. XVI, verifica-se uma viragem na estratégia de intervenção portuguesa no Marrocos meridional, sem dúvida,

14 Sobre as diferentes estratégias de expansão portuguesa em Marrocos, no séc. XV, ver António Dias Farinha, *Portugal e Marrocos no séc. XV*, dissertação de doutoramento, apresentada à Faculdade de Letras de Universidade de Lisboa, Lisboa, 1990, 3 volumes (policopiado), designadamente, pp. 286-292 e 306-310 do vol. I.

15 Carta patente de D. João II, datada de Setúbal, 16 de Outubro de 1488, ANTT, CC, parte I, maço 1, doc. 43, pub. A. Baião, *ob. cit.*, pp. 3-9 e SIHM, Portugal, I, 25-30.

16 Cartas patentes do rei D. Manuel, datadas de Setúbal, 12 de Abril de 1496 e de Lisboa, 9 de Dezembro de 1500; ANTT, *Gavetas*, Gaveta 15, maço 5, doc. 17, pub. SIHM, Portugal, I, pp. 57-62.

17 Cf. “Cartas de quitação del Rei D. Manuel”, publicadas por Anselmo Braamcamp Freire, *Arquivo Histórico Portuguez*, Lisboa, vols. I a V e VIII a X, 1903-1916. Sobre a importância económica de Safim, antes e após a conquista portuguesa, veja-se ainda Ahmed Boucharb, “A importância de Safi no império comercial português”, *Mare Liberum*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, n.º 7, Março de 1994, pp. 193-201.

relacionada com a política imperial de D. Manuel¹⁸ e com o que poderá considerar-se o projecto recorrente de conquista do reino de Fez. Tal projecto, apesar dos sucessivos adiamentos, bloqueios e insucessos, foi sonho que alimentou um “mito” nacional e religioso português até, pelo menos, os finais do séc. XVI¹⁹.

Resolvidos com Castela os problemas de partilha da conquista do Norte de África graças aos tratados de Alcáçovas/Toledo (1479-1480), de Tordesilhas (1492) e, mais tarde, à convenção de Sintra (1509), o rei D. Manuel teve como primeira preocupação o estabelecimento de fortificações ao longo de toda esta costa marítima. Naturalmente, estas fortificações foram erguidas de preferência nos lugares onde já existiam feitorias portuguesas. Assim, conseguiu autorização para construir uma fortaleza em Meça, logo em 1497. Tentou alcançar similar autorização em Mazagão e Azamor, cerca de 1502, e ainda uma outra vez nesta última cidade, em 1505. Conseguiu erguê-las em Santa Cruz do Cabo de Guer [Agadir], em 1505; Castelo Real de Mogador, em 1506; Safim, em 1508; e Aguz, cerca de 1508. Na maioria dos casos, estas fortalezas foram o primeiro passo para uma posterior conquista dos lugares ou cidades onde as mesmas tinham sido instaladas, e, no seu conjunto, tornaram-se as bases a partir das quais se procurou estender o domínio português para o interior. Um plano que, na região, visava a conquista do emirado de Marraquexe, e se integrava numa estratégia mais lata de cerco e ataque pelo Sul ao reino de Fez.

No caso de Safim, foi o conturbado processo em torno da construção da fortaleza a permitir aos portugueses explorar as rivalidades e intrigas entre facções locais para levar a cabo a conquista da cidade.

A partir de 1498, começam a tornar-se claras as intenções de efectiva ocupação²⁰, em certa medida, aceleradas pelas tentativas castelhanas de interven-

18 Sobre a política imperial de D. Manuel e a sua estratégia de “cerco” ao Islão, através das campanhas militares em Marrocos e no Índico, ver Luís Filipe Thomaz, “L'idée impériale manuélienne”, *La Découverte Portugaise et l'Europe*, Actes du colloque, Paris, les 26, 27 et 28 mai 1988, Paris, Fondation Calouste Gulbenkian / Centre Cultural Portugais, 1900, pp. 35-103.

19 Cf. Marcel Bataillon, “Le rêve de la conquête de Fès et le sentiment impérial portugais au XVI siècle”, *Mélanges d'études luso-marocaines dédiés à la mémoire de David Lopes et de Pierre de Cénival*, Lisboa, Institut Français au Portugal, 1945, pp. 31-39 e, nesta colectânea, artigo intitulado «A persistência de um sonho imperial português – projectos e arbítrios de conquista do Norte de África».

20 Denuncia essa intenção a bula do papa Alexandre VI, datada de 17 de Junho de 1499, fixando os limites da diocese de Safim e nela integrando as povoações de Azamor, Almedina, Tite e Mazagão.

ção política na região. Jogando ambições políticas, Aziate [Yahya ez-Zayyat] e Abderramão [Abd er-Rahman], os dois sobrinhos de Amadux ben Farão [Ahmed ben Ali], o velho alcaide da cidade, usaram-nas, ora um ora outro, para levar a cabo os seus intentos. Levou a melhor, Abderramão que, com o apoio português, afastou Aziate, assassinou o tio e assumiu o governo da cidade, em 1498-1499.

Não se apaziguou, no entanto, a situação com o novo alcaide, pois, durante o seu mandato, Abderramão sempre se opôs à instalação da feitoria portuguesa em espaço fortificado, num braço-de-ferro que progressivamente o empurrou para as fileiras hostis à intervenção portuguesa na cidade. Seu primo Aziate, suspeito de inicialmente ter ligações com interesses castelhanos na região, procurou aproveitar a ocasião, movendo influências junto da Coroa portuguesa para o substituir, a troco de várias promessas: I) reconhecimento da suserania portuguesa por parte de algumas tribos de Almedina [El-Mdina] e do emir de Marraquexe; II) garantia de, uma vez alcaide de Safim, autorizar a construção de uma fortaleza na cidade. Deslocou-se inclusivamente a Portugal e logrou convencer D. Manuel que, em 1505, encarregou o comandante da armada do Estreito, Garcia de Melo, de o acompanhar até Safim, para destituir Abderramão. Sem sucesso, todavia. Seria afinal Ali Xemen ou Aliadux [Ali ben Oachman], um servidor do alcaide que, como seu delegado já estivera em Portugal, quem acabaria por destroná-lo²¹. Para o efeito, conluiou-se com Bentafufa e, a pretexto de um drama doméstico²², assassinou Abderramão. Aliás, Bentafufa aparece pela primeira vez citado nas fontes a propósito deste acto. Segundo alguns testemunhos, ter-se-ia limitado a apoiar Ali Xemen; segundo outros, foi com ele executante do assassinio. Seja como for, interesses políticos os moveram, pois são dados como chefes de importantes facções da cidade, tendo ambos, de imediato, tomado conta do poder.

Tais sucessos teriam ocorrido no final do ano de 1506, seguindo-se-lhes um período conturbado. Os dois jovens caudilhos tiveram, então, como primeira

21 Foi ele que se deslocou a Portugal, em 1500, para obter a confirmação da investidura da Abderramão no cargo de alcaide da cidade, sendo, na carta de D. Manuel, apresentado como “parente e criado” do dito Abderramão. Cf. Carta patente de D. Manuel, Lisboa, 9 de Dezembro de 1500, ANTT, *Gavetas*, gaveta 15, maço 5, doc. 17, pub. *SIHM*, Portugal, I, pp. 57-62.

22 Segundo Leão Africano e Damião de Góis, o pretexto foi a oposição que Abderramão fazia às relações amorosas de uma sua filha com Aliadux, que passavam pela ameaça do o mandar matar.

preocupação garantir a sua posição através do reconhecimento da Coroa portuguesa. Recorreram a Diogo de Azambuja, o célebre fundador da fortaleza de S. Jorge da Mina, ao tempo capitão de Castelo Real de Mogador. Este, depois de uma breve passagem por Safim, conduziu a Portugal uma delegação de quatro notáveis da cidade, chefiada pelo próprio Ali Xemen. Durante a sua ausência, Bentafufa ficou em Safim, como único alcaide.

A delegação, ainda acompanhada por Diogo de Azambuja, regressou a Safim em finais de Julho de 1507. Um pouco antes, já aí ancorara a armada do Estreito, capitaneada por Garcia de Melo, indício claro dos preparativos de uma acção armada, a efectuar caso os dois alcaides não cumprissem a exigência de construção de uma fortaleza na cidade. E, de facto, foram as resistências colocadas, quer por Bentafufa quer por Ali Xemen, ao cumprimento da promessa, feita sob pressão da necessidade, que serviram de pretexto para a consumação da conquista. Ardilosamente, Azambuja e Garcia de Melo ataçaram rivalidades entre os dois alcaides. Começaram por tentar desenvencilhar-se de Bentafufa, por induzir secretamente as gentes da terra a não transportar os materiais necessários às obras, convencendo depois Ali Xemen a introduzir na cidade a tribo dos Beniméguer [Beni Mager]²³ para assassinar Bentafufa e pilhar as casas dos seus partidários. Este, ignorando a convivência portuguesa no golpe, acolheu-se à protecção da feitoria, donde, ao fim de oito dias, foi enviado para Portugal. Todos estes acontecimentos, contados com bastante pormenor por Leão Africano e Damião de Góis, ocorreram antes de 13 de Agosto de 1507.

Afastado Bentafufa, Ali Xemen ficou como único alcaide da cidade, mas também ele, embora inicialmente apoiado por Azambuja, começou a hostilizar os trabalhos de construção. Em boa verdade, fosse qual fosse a sua posição, a ruptura era inevitável, pois, como se disse, o objectivo português era mesmo a conquista da cidade, objectivo concretizado entre Janeiro e Março de 1508. Ali Xemen foi deposto e Diogo de Azambuja assumiu o cargo de primeiro governador português, tendo exercido um curto mandato de cerca de um ano, marcado por prepotências e violências que provocaram a fuga da grande parte dos habitantes de Safim²⁴.

23 Sob várias formas, aparece ortografado o nome desta tribo berbere que também é o de uma montanha situada cerca de 40 Km a sudoeste de Safim, na margem direita do rio Tensift: Benimagre (Góis), Beni Maker (Ibn Kaldun), Benimegher (Leão Africano). Cf. *SIHM*, Portugal, I, p. 193, nota 1.

24 Para além das obras citadas de Leão Africano e de Damião de Góis que fornecem a informação mais detalhada sobre o processo que desembocou na conquista portuguesa

A conduta de Bentafula em vésperas de ser despachado para Portugal valeu-lhe importantes apoios locais. A viagem forçada a Portugal, deduz-se, contribuiu de algum modo para a idealização da sua imagem junto das gentes da terra, imagem poupada ao jogo de golpes, intrigas e traições que caracterizaram a vida da cidade nos meses antecedentes à conquista e no primeiro ano de administração portuguesa.

Com efeito, pouco depois da sua partida de Safim para Portugal, os moradores e os alarves da cidade, as cabildas de Regraga e Duquela²⁵, assim como vinte “adiantados” (alcaldes), escreveram a D. Manuel, queixando-se de Ali Xemen e solicitando a sua substituição por Bentafula. Asseveraram serem falsas as suspeitas contra ele levantadas por Azambuja, a quem acusam de estar a impor-lhes, “com a espada e per força”, um alcaide – Ali Xemen – traidor dos seus amigos e da cidade, por nela meter ladrões (os Beniméguer) que mataram e roubaram a população. Face ao crescente despovoamento e ao estado de anarquia instalado em Safim (confirmado aliás por agentes comerciais portugueses²⁶), apontam uma solução, caso o monarca deseje vê-la repovoada de Mouros: substituir Ali Xemen por Bentafula²⁷.

Dois anos mais tarde, quando a cidade já era governada por Pedro de Azevedo, surge novo apelo dos seus habitantes. Acompanha-o uma longa listagem de “perfídias” cometidas por Azambuja, causa do abandono da cidade por parte de muitos árabes pobres e berberes e do receio que os árabes e berberes

da cidade, podem encontrar-se sínteses sobre o assunto em: Durval Pires de Lima, *História da dominação portuguesa em Çafim (1506-1542)*, Lisboa, Imprensa Lucas, 1930; David Lopes, “Os portugueses em Marrocos no tempo de D. Manuel”, *História de Portugal*, ed. cit., vol. III, p. 413 e sgs.; e “La conquête de Safi par les portugais, 1508”. *SIHM*, Portugal, I, pp. 151-161.

- 25 De acordo com anotação à publicação desta carta, em *SIHM*, tanto os Regraga como os Duquela eram cabildas (tribos) berberes. No entanto, tendo em consideração a ocupação da região da Duquela por tribos árabes, a partir do séc. XIII, e o rechaço da população berbere para as cidades e aldeias e para algumas regiões montanhosas, fica a dúvida se a passagem em causa remete para as tribos árabes que habitavam a Duquela ou para elementos berberes que subsistiam na região. Cf. *SIHM*, Portugal, I, p. 136, nota 1.
- 26 Cf. cartas de João Lopes Alvim e de Cristóvão de Almeida, feitores em Safim, a D. Manuel e de Nuno Ribeiro, encarregado de compra de trigo e venda de mercadorias em Safim, dirigida ao mesmo monarca, escritas de Safim e datadas, respectivamente, de 25 e 27 de Dezembro de 1507, ANTT, Cartas dos Governadores de África, n.º 39 e CC, parte I, maço 7, doc. 74, pubs. *SIHM*, I, pp. 145-148 e 149-150.
- 27 Carta dos habitantes de Safim a D. Manuel, Safim, 13 de Agosto de 1507, Biblioteca Nacional de Portugal, ms. 7638, n.º 63, pub. David Lopes, *Textos em aljamia*, ed. cit., pp. 82-83 e *SIHM*, I, 136-138.

do campo tinham de a ela irem negociar. Curiosamente, os subscritores desta carta, assumem-se como representantes de um todo, constituído pelos Abida, pelos Regraga, pelos Retnana e pelos Duquela, tribos que tem como inimigo comum os Benimégre. Neste conjunto, relevam a importância económica dos árabes do campo, designadamente a tribo dos Abida²⁸, cuja actividade de produção e armazenamento de cereais afirmam ser fundamental para a prosperidade da cidade. Por fim, reconhecendo a necessidade de haver uma figura capaz de servir de intermediário entre os Muçulmanos e os Cristãos e de estabelecer a paz com os árabes do campo, sugerem o nome de Bentafufa, nos seguintes termos: “*Pusemo-nos à procura do homem em questão e não encontramos ninguém melhor, mais fiel, mais sincero e mais isento de todo o vício, que o xeque Yahya ben Ta’fuft*”²⁹.

Apesar destes apelos, Bentafufa permaneceu em Portugal. Mas, sem dúvida, eles terão pesado para que, mais tarde, fosse nomeado alcaide dos “mouros de pazes” de Safim com alçada sobre a Garabia [Gharbya] e a Abida, cargo que começou a desempenhar em 1511.

Quanto à sua estadia em Portugal pouco ou mesmo nada se sabe. No entanto, decisões e intervenções posteriores de D. Manuel I permitem concluir ter conquistado a confiança do monarca português e ter desenvolvido uma rede de relações e influências. Assim o asseverava, anos mais tarde, Nuno Fernandes de Ataíde, governador de Safim, em carta dirigida ao monarca:

“*E o muito favor, Senhor, qu’este Mouro cá tomou demasiado, que não cumpre a vosso serviço, de lá me parece, Senhor, que lhe veio [ou seja, da estadia no Reino], e lho trouxeram estes judeus seus amigos*”³⁰.

2. Entre Mouros e Cristãos – um alcaide controverso (1511-1516)

Em 1511, Bentafufa regressou a Safim. Provavelmente, desembarcou no Norte de África em 1510, mas teria permanecido algum tempo em Conte, nas proximidades do cabo de Cantim. O facto de não se registar a sua presença entre

28 Tribo árabe que partilhava com os Garabia os territórios envolventes de Safim. Cf. *SIHM*, I, p. 194, nota 3.

29 Carta dos habitantes de Safim a D. Manuel, Safim, 2 de Julho de [1509], ANTT, Casa dos Tratados, Documentos árabes, pub. *SIHM*, I, pp. 177-201.

30 Carta de Nuno Fernandes de Ataíde a D. Manuel, Safim, 19 de Agosto de [1512], ANTT, *Cartas dos Governadores*, 317, pub. David Lopes, *Textos em aljamía*, ed. cit., pp. 122-127 e *SIHM*, I, pp. 337-352, citação colhida na p. 353.

os defensores de Safim no cerco sofrido entre Dezembro de 1510 e Janeiro de 1511, permite concluir que teria entrado na cidade depois desta última data, para exercer as funções de alcaide dos mouros de pazes. Era então capitão de Safim Nuno Fernandes de Ataíde cujas proezas militares lhe valeram cognome de “o nunca está quedo”, apesar de se ter notabilizado também por uma acção governativa, assim caracterizada por Pierre de Cénival: “*Celui-ci fut le principal artisan de la politique audacieuse et nouvelle qui assura au Portugal, pendant quelques années, de si brillants succès dans le royaume de Marrakech. Au lieu d’user à l’égard des indigènes des procédés violents et perfides de Diogo de Azambuja, il sut leur inspirer confiance, en faire des fidèles alliés et tributaires du Portugal et organiser les tribus d’entre Safi et Marrakech. Réalisant ainsi, de 1510 à 1516, une première expérience de politique de protectorat.*”³¹

Sublinhe-se que a primeira experiência de criação de uma área de mouros tributários ocorreu em Alcácer Ceguer, nos primeiros anos da década de 1460, quando era capitão da fortaleza, D. Duarte de Meneses.³² Segundo Gomes Eanes de Zurara, foram os próprios xeques locais a solicitar a protecção portuguesa a troco de um tributo anual³³. Uma experiência que, embora se tenha esten-

31 “La conquête de Safi par les portugais, 1508”, SIHM, vol. 1, p. 59.

Sobre Nuno Fernandes de Ataíde, ver os estudos biográficos de André Pinto S.D. Teixeira, “Nuno Fernandes de Ataíde, o nunca está quedo, capitão de Safim”, *A Nobreza e a Expansão – estudos biográficos*, coord. de João Paulo Oliveira e Costa, Cascais, Patrimónia, 2000, pp. 159-205, e de Fernando Pessanha, “Nuno Fernandes de Ataíde, ‘o nunca está quedo’, de alcaide de Alvor a capitão e governador de Safim”, *Anais do Município de Faro*, vol. XXXIX, 2017, pp. 43-59. E ainda deste mesmo autor a tese de doutoramento policopiada, intitulada *Nuno Fernandes de Ataíde, o ‘nunca esta quedo’ – a acção do capitão de Safim no apogeu da presença militar portuguesa em Marrocos*, Universidade de Huelva, 2023.

32 O tratado entre o capitão de Alcácer e os mouros de algumas aldeias dos arredores de Alcácer, embora não datado, considera-se que foi firmado em 1463, embora já no ano anterior, mais precisamente em 1462, D. Afonso V tenha feito mercê a D. Duarte de Meneses, capitão de Alcácer, e a seu filho D. Henrique, dos direitos de comércio e dos tributos pagos pelos mouros, ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, liv. 1, f. 105, doc. 1, pub. A. D. Farinha, *Portugal e Marrocos.*, ed. cit., vol. II, pp. 256-257.

33 Gomes Eanes de Zurara, *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*, edição diplomática de Larry King, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas /Universidade Nova de Lisboa, 1978, cap. CXXXI, pp. 316-321, onde publica o referido tratado, do qual existe testemunho manuscrito, conservado no ANTT, Manuscritos da Livraria, n.º 520, ff. 194-195 que é reproduzido por A. D. Farinha, *Portugal e Marrocos*, ed. cit., vol. II, pp. 261-263.

dido a outras praças do Norte de Marrocos, designadamente Arzila e Tânger³⁴, nunca teve a dimensão e a projecção alcançadas na região meridional, e onde nem sequer houvera da parte das populações o compromisso de, em caso de necessidade, participar nas acções militares portuguesas em Marrocos, como aconteceu na área circundante de Safim.

Nos documentos de chancelaria de D. Afonso V estes mouros começam por ser designados “mouros tributários”. A fórmula “mouros de pazes”, embora já utilizada por Zurara, é mais corrente na chancelaria de D. João II. No período manuelino, além destas duas formas, encontram-se muitas outras de sentido semelhante, como: “terras das pazes”, “mouros em nossa paz e serviço”, “mouros assentados em nossa paz”.

Por outro lado, a formação de uma vasta área de intervenção portuguesa no sul de Marrocos, exceptuando o enclave de Santa Cruz do Cabo de Guer, revestiu-se de outras especificidades que não podem deixar de relacionar-se com as características geográficas da região. Extensas planícies habitadas por tribos nómadas ou semi-nómadas, salpicadas de povoados, habitados predominantemente por berberes sedentários. Não seria fácil gerir estes espaços, como reconhece o rabino Abraão: “*las cosas de las cabilas* [tribos] *non se pueden fazer como donde ay una cabeça*”³⁵. Teria sido esta razão a determinar o recurso à figura do alcaide principal, ou seja, um agente que, além das funções de intermediário, tinha alçada sobre os alcaldes tribais. Bentafufa foi o primeiro destes alcaldes e, por duas vezes, teve alçada sobre toda a Duquela. No entanto, as desavenças entre confederações tribais e os inevitáveis problemas entre as chefias portuguesas acabaram por determinar a divisão da Duquela em duas zonas, cada uma delas com o seu alcaide principal: Xerquia, com extensões na Enxovia, sob alçada do governador de Azamor; Garabia e Abida, com

34 As cartas de mercê das capitánias de Alcácer Ceguer, Arzila e Tânger, da segunda metade do século, confirmam que os capitães tinham direito ao quinto destes tributos. O documento mais significativo para avaliação destes tributos é a carta de quitação de Luís Esteves, almoxarife de Alcácer Ceguer, nos anos de 1481 a 1485, ANTT, Chancelaria de D. João II, liv. 4, f. 1551v, doc. 2, Lisboa, 1 de Agosto de 1486, pub. por P. M. Laranjo Coelho, *Documentos Inéditos de Marrocos. Chancelaria de D. João II*, Lisboa, Academia das Ciências, 1943, pp. 197-198.

35 Carta do Rabi Abraão a D. Manuel, Safim, 3 de Janeiro de 1511, ANTT, *Gavetas*, gaveta 20, maço 1, doc. 21, pub. *SIHM*, pp. 281-283. Como provou José Alberto Tavim (*Os Judeus na Expansão Portuguesa em Marrocos durante o séc. XVI*, Braga, Edições APPACDM distrital de Braga, 1997, 195-203), este “Rabi Abraão” não é Abraão Benzamerro, tal como aparece identificado *SIHM*, mas sim Abraão Rute.

extensões na Xiatima [Shiâdma], entre Mogador e Aguz, sob alçada do governador de Safim. Falharam as tentativas de constituição de uma área autónoma em Xiatima: a primeira, em 1510, quando Nicolau de Sousa recebeu a capitania de Mogador, fortaleza que se perdeu logo no final desse mesmo ano³⁶; a segunda, em 1515, quando o filho de Diogo de Azambuja projectou assumir a capitania de Aguz³⁷.

Mas, como salienta Pierre de Cénival, os passos mais consistentes para a formação e organização de um protectorado na região são dados com Nuno Fernandes de Ataíde. Sem dúvida, grande parte do sucesso alcançado pelo capitão de Safim deveu-se à colaboração prestada por Bentafufa, que, como escreve o próprio Ataíde, serviu de “terceiro entre mim e os mouros”. Nessa qualidade, ajudou o governador português a organizar uma vasta zona de apoio indígena na região circundante de Safim, impossível de demarcar com rigor visto ter uma base de apoio mais tribal que territorial. Essa zona chegou a abarcar um vasto território que se estendia desde o rio de Azamor – o Morbéa [Oum er-Rbia] –, ao norte, até Tensift, ao sul, e da costa atlântica até aos arredores da cidade de Marráquexe³⁸.

A razão de ser da protecção solicitada pelos “mouros de pazes” radicava num estado endémico de guerra que, por isso, interessava fomentar, embora a manutenção do protectorado dependesse em grande parte do prestígio e da força dos Portugueses no terreno. Esta realidade levava Nuno Fernandes de Ataíde a sustentar: “*Senhor, a vontade desta gente de Duquela tenho bem sabida; tanto que Vossa Alteza não tiver boa força de gente com boas arreféns [...] fazendo-a conhecerem e gostarem o bem da paz, não hão-de ser fiéis*”. E a sua “teoria”

36 Carta patente de D. Manuel a Nicolau de Sousa, Almeirim, 12 de Maio de 1510, ANTT, *Livro das Ilhas*, f. 129, pub. SIHM I, pp. 226-229.

37 Cf. Carta patente de D. Manuel a Diogo de Azambuja (filho), Almeirim, 18 de Janeiro de 1515, ANTT, Chancelaria de D. João III, liv. 47, f. 127, pub. SIHM, I, pp. 672-675 (a capitania do castelo de Aguz fora doada, de juro e de herdade, a Diogo de Azambuja e a todos os seus descendentes por linha direita masculina, em 1508). Sobre Aguz, ver Bernard Rosenberger, “Note sur Kouz, un ancien port à l’embouchure de l’oued Tensif”, *Hespéris-Tamuda*, VIII, 1967, pp. 23-66; e António Manuel Lázaro, “A presença portuguesa nas imediações do rio do sáveis: Aguz” / “La présence portugaise dans les environs du fleuve des aloses: Agûz”, *Portugal e o Sul de Marrocos: contactos e confrontos (séculos XV-XVIII) / Le Portugal et le Sud du Maroc: contacts et conflits (XV-XVIII siècles)*, Lisboa / Braga, CHAM / LAB2PT, 2021, pp. 125-168.

38 Robert Ricard, “Duquela”, *Dicionário de História de Portugal*, dir. de Joel Serrão, Porto, s.d., p. 344.

foi defendida até à exaustão pela grande maioria dos responsáveis políticos e militares portugueses na região³⁹.

Certo é que a experiência, enquanto durou, alimentou esperanças de ir mais longe e rendeu à Fazenda real e aos seus agentes bons proveitos. Aos muitos cativos, gado, cereais, manteiga, mel etc. obtidos em cavalgadas e entradas, vinha agora juntar-se o tributo, sobretudo em cereais e gados, pagos pelos “mouros de pazes”. Só uma entrada, levando as tropas portuguesas e dos “mouros de pazes” a deslocarem-se de Safim até às proximidades do Alto Atlas, perseguindo aduares de mouros que se iam juntar ao Xarife, rendeu: 420 cativos, 10 000 cabeças de gado miúdo, 6000 de gado vacum, 500 camelos, 600 asnos, 60 cavalos e 5 éguas⁴⁰.

Damião de Góis, que teve acesso a cartas e livros de contas de contadores, feitores e almoxarifes de Safim, apresenta alguns valores para os primeiros anos do governo de Nuno Fernandes de Ataíde, na ordem das mil cargas de camelo de trigo e cevada e quatro cavalos por tribo⁴¹. Valores mais elevados são registados n’O *livro dos tributos reais com que os Mouros e Alarves da cidade de Almedina, toda a Duquela, e a terra da Xiatima com os seus castelos contribuíram aos reis deste reino, os quais começaram a pagar nos anos de 1510 e 1512*⁴².

Mas, apesar dos resultados obtidos, cedo começaram a surgir desentendimentos entre Ataíde e Bentafufa. O primeiro não era homem para partilhar as rédeas do poder, nem tão-pouco os louros das vitórias alcançadas nos campos de batalha. Por seu lado, Bentafufa também não era alcaide para se ficar, como pretendia Ataíde, pelo papel de “terceiro entre o capitão e os Mouros e pela arrecadação dos tributos⁴³.

39 Carta de Nuno Fernandes de Ataíde a D. Manuel, Safim, 19 de Agosto de [1512], ANTT, *Cartas dos Governadores de África*, n.º 317, pub. D. Lopes, *Textos em aljamía*, ed. cit., pp. 122-137, e *SIHM*, I, pp. 337-353 (transcrição colhida na p. 343).

40 Carta de Nuno Fernandes de Ataíde a D. Manuel, [Safim, 15 de Fevereiro de 1514], BNP, ms. 7638, n.º 64, f. 123, pub. *SIHM*, I, pp. 480-481.

41 Damião de Góis, *Crónica de D. Manuel*, ed. cit., liv. III, cap. 14.

42 ANTT, Núcleo Antigo, pasta 869, publicação digital de acesso aberto, com transcrição de Rui Henriques, em *Portugal e o sul de Marrocos: Contactos e Confrontos (séculos XV-XVIII) / Portugal et le Sud du Maroc: Contacts et Conflits (XV-XVIII siècles)*, Lisboa / Braga, 2021, vol. II, pp. 17-48.

43 Carta de Nuno Fernandes de Ataíde a D. Manuel, Safim, 19 de Agosto de 1512, ANTT, *Cartas dos Governadores de África*, 317, pub. D. Lopes, *Textos em aljamía*, ed. cit., pp. 122-137 e *SIHM* I, pp. 337-353.

As primeiras queixas de Ataíde contra Bentafufa, com registo escrito, datam de Agosto de 1512. E, embora não se conheça escrito de Bentafufa a refutar as acusações do capitão, sabe-se, por carta do monarca português, ter ele também apresentado a sua versão dos factos. É bem provável ainda que outros testemunhos favoráveis a Bentafufa tenham sido igualmente remetidos para o Reino, pois numa das suas primeiras cartas, Ataíde diz expressamente: “e por me parecer que nisto entravam alguns amigos cristãos do dito Heha, que quererão escrever, da sua parte deste Mouro ou por si, como em alguma maneira ao seu entender”⁴⁴.

Além das cartas enviadas, Ataíde instruiu um verdadeiro processo contra Bentafufa, no qual incluiu as provas das suas acusações: nomeações de almocadens em que Bentafufa se arrogava as atribuições de governador de Safim, depoimentos vários de judeus e sobretudo de muçulmanos, alguns dos quais designados como “mouros principais”.

Resumindo, Bentafufa era acusado de exceder as suas competências e de constantemente desautorizar Ataíde. Sem consultar o governador português, nomeava alcaides e almocadens, estabelecia as contribuições a pagar por cada tribo, intitulava-se e deixava que o intitulassem “rei dos mouros”. Mais: desviava, em proveito próprio, tributos e presentes devidos ao rei de Portugal, de maneira a ter “muito com que peitar” e ganhar ascendente sobre as populações locais. Neste particular, suspeita Ataíde haver colaboração de alguns judeus, considerando: “*levar esta negociação tão ordenada não é de Mouro, mas cuidado que é de Judeus seus amigos, que de parte desta fazenda se logram*”⁴⁵. No mesmo conjunto de acusações se inscreve uma carta endereçada pelo rabino da cidade, Abraão Rute, a personalidade do Reino sobre a actuação de Bentafufa, onde, depois de mais um rol de denúncias, assevera: “*não é coisa que cumpre a seu serviço [do monarca português] ter Mouro senhorio nenhum*”⁴⁶.

Ao longo deste primeiro processo acusatório, que se desenvolveu até inícios do ano de 1513, o tom das acusações foi subindo, a ponto de as acusações já não se limitarem à mera ambição excessiva de poder. Bentafufa era acusado de traição, de conspirar contra os portugueses e de trocar correspondência com o rei de Marráquexe e com os marabutos, aos quais afirmava ser “Mouro e

44 Idem, *ibidem*.

45 Cf. carta de Nuno Fernandes de Ataíde citada na nota anterior.

46 Carta do rabino Abraão, Safim, 12 de Outubro de [1512], ANTT, *Cartas dos Governadores de África*, n.º 69, pub. SIHM, I, pp. 357-361. Sobre a identidade deste rabino, ver nota 35.

mais que Mouro”, assegurando-lhes só servir os cristãos com o fim de ganhar o poder necessário para um dia os aniquilar.

A reação de D. Manuel I à gravidade destas acusações indicia não tê-las levado totalmente a sério. Fez chegar a Nuno Fernandes de Ataíde uma carta dirigida a Bentafufa, a entregar quando achasse mais conveniente. O monarca português manifesta, por esse meio, o seu desejo de se inteirar dos factos pela boca de Bentafufa: “*folgaremos de logo vos virdes a nós pera nos falardes de vossas cousas e vos ouvirmos em tudo, com aquela boa vontade que sempre vos tivemos e temos*”. E, significativamente, acrescenta: “*E além de pelo que vos cumpre folgarmos virdes a nós, ainda nos prazera pera falarmos convosco nas cousas dessa cidade e dos Mouros, e nos dardes em tudo vosso parecer e conselho...*”⁴⁷. O tom da carta não deve ter agradado a Nuno Fernandes de Ataíde que não a entregou de imediato a Bentafufa.

A atitude de D. Manuel I tem uma explicação. Por outras vias, chegavam-lhe também informações bem diferentes sobre o comportamento do alcaide. Figuras de peso, entre as quais sobressai D. Rodrigo de Noronha – conhecido pela alcunha de “o aravia”, em virtude dos seus conhecimentos da língua árabe – um dos grandes amigos de Bentafufa e seu companheiro de campanhas militares, foi também o seu principal defensor junto do monarca português. Uma relação de amizade que Nuno Fernandes de Ataíde não se cansava de criticar nas suas cartas. D. Rodrigo, afirmava ele, é tão amigo de Bentafufa que não tem dúvidas em “desculpar a ele e culpar a mim, sendo eu Cristão e ele Mouro”⁴⁸. E, numa outra passagem, referindo-se aos defensores de Bentafufa em Portugal, assevera que eles só o podiam defender por ignorância da situação ou por serem contra o próprio Ataíde, “pois fazerem-no pelo Mouro, isso é contra natureza”⁴⁹.

Pouco se sabe sobre este D. Rodrigo de Noronha, filho primogénito de D. Luís de Noronha, comendador de Sines da Ordem de Santiago. Casou com D. Joana, filha de Rui Penteadado, almoxarife dos escravos da Guiné e foi

47 Carta de D. Manuel a Bentafufa, datada de Évora, 22 de Novembro de 1512 e, posteriormente, alterada para Almeirim, Agosto de 1514, ANTT, CC, parte I, maço 12, doc. 13, pub. D. Lopes, *Textos em aljamía*, ed. cit., pp. 100-102 e SIHM, I, pp. 596-597.

48 Carta de Nuno Fernandes de Ataíde a D. Manuel, Safim, 12 de Setembro de 1514, ANTT, CC, parte I, maço 16, doc. 13, pub. David Lopes, *Textos em aljamía*, ed. cit., pp. 95-100, A. Baião, *Documentos do Corpo Chronologico*, ed. cit., pp. 120-124 e SIHM, I, pp. 630-637.

49 Carta de Nuno Fernandes de Ataíde a D. Manuel, Safim, 16 de Outubro de 1514, ANTT, Gavetas, gaveta 15, maço 16, doc. 32, pub. SIHM, I, pp. 642-648.

comendador de Arguim da Ordem de Cristo⁵⁰. Mas, entre os portugueses com experiência de Marrocos, D. Rodrigo de Noronha não era o único a testemunhar a lealdade e o bom trabalho desenvolvido por Bentafufa. Há muitas outras cartas, escritas por agentes portugueses com conhecimento e responsabilidade no terreno, muito elogiosas para o alcaide. Veja-se, a título de exemplo, o testemunho de Heitor Gonçalves: “*Yhye Tafu anda em companhia d’eles [Mouros] e é homem que faz cá as cousas de Vosso serviço [dirige-se a D. Manuel I] muito inteiramente, porque lhe têm os Mouros muito acatamento, porque é mouro como eles*”⁵¹. Ou o de António Silva, inserto em carta de António Correia, contando os aliciamentos do irmão do rei de Fez a Bentafufa, propondo-lhe “*que se alevantasse das pazes e quisesse ser com ele e que lhe perdoaria o mal que tinha feito aos Mouros e lhe faria muito bem*”, tendo obtido como resposta “*que lhe não mandasse mais tal recado, senão mataria quem lho trouxesse, porque ele não havia de ser senão vassalo de Vossa Alteza [D. Manuel I]*”⁵².

Damião de Góis, como já foi dito, teria tido acesso a outros testemunhos, orais e escritos, pois, na *Crónica de D. Manuel*, apresenta uma versão bastante favorável ao alcaide. Vejamos um exemplo, a propósito de uma carta escrita a D. Manuel I por Nuno Fernandes de Ataíde, narrando o ataque contra alguns aduares do Alto Atlas, ocorrido em 1514. Enquanto, nessa carta, o remetente se apresenta como o principal obreiro do empreendimento, na versão de Góis, consignada na referida crónica, o destaque vai para as actuações de Bentafufa e de Lopo Barriga, adail, confinando-se a intervenção de Ataíde ao envio de reforços militares⁵³.

Outro sinal da posição de D. Manuel I relativamente a este conflito entre governador e alcaide, encontra-se na doação feita a Bentafufa dos rendimentos e direitos da localidade de Cernu (18 quilómetros a nordeste de Safim), como recompensa pelos combates vitoriosos contra as tropas do rei de Fez que, em

50 Estes dados biográficos resultam de pesquisa feita por André Pinto S. D. Teixeira, a quem expresso o meu agradecimento pela informação fornecida.

51 Carta de Heitor Gonçalves a D. Manuel, Safim, 15 de Dezembro de 1512, ANTT, *Cartas dos Governadores de África*, n.º 105, pub. SIHM, I, pp. 366-369.

52 Carta de António Correia a D. Manuel, Tavira, 10 de Maio de 1514, ANTT, CC, parte I, maço 15, doc. 15, pub. A. Baião, *Documentos do Corpo Chronológico*, ed. cit., pp. 88-89 e SIHM I, pp. 549-551.

53 Carta de Nuno Fernandes de Ataíde a D. Manuel, s.l.n.d. (Safim, cerca de 15 de Fevereiro de 1514); BNP, ms. 7638, n.º 64, f. 123 e Biblioteca Pública de Évora, ms. CIII/2-20, f. 47, pub. SIHM, pp. 480-481, Damião de Góis, *Crónica de D. Manuel*, ed. cit., vol. III, cap. 49, pp. 230-231.

Abril de 1514, tentaram saquear os campos da Duquela, na qual sublinha: “*sempre tivemos inteira confiança que havíamos de ter em vós mui fiel e verdadeiro vassalo e servidor, e temos recebido muito prazer de vermos que corresponderam até aqui vossos serviços com a confiança que de vós sempre tivemos, nos quais nos tendes mostrado coração limpo e de muito leal e verdadeiro vassalo*”⁵⁴.

Mas, Ataíde não era homem para facilmente desistir. Cerca de dois anos após as primeiras incriminações contra Bentafufa, alegando suspeitar que este se preparava para o assassinar traiçoeiramente, despachou-o para Portugal. Utilizou, para o efeito, a carta que D. Manuel I anteriormente lhe remetera, na qual a data de 1512 foi manifestamente alterada para 1514.

Bentafufa abalou de Safim em finais de Agosto de 1514 mas precedido, pouco antes, por novo libelo enviado ao rei, onde acusações de 1512, eram agora acrescidas de provas de responsabilidades de Bentafufa no assassinio do judeu Dardeiro (intérprete de Safim), no levantamento de algumas tribos aquando da conquista de Azamor, assim como despovoamento de Almedina⁵⁵.

Bentafufa permaneceu em Portugal cerca de dois anos – desde finais do mês de Agosto de 1514 até Julho de 1516 – sendo substituído pelo o seu sobrinho Said na alcaidaria dos Abida e dos Garabia. Para os Xerquia, foi designado em Setembro de 1514, um novo alcaide dependente directamente do governador de Azamor. Durante a sua ausência apostou-se fortemente na conquista de Marrocos, mas também se sofreram grandes desaires que abalaram profundamente o projecto imperial de D. Manuel. Logo após a conquista de Azamor, em 1513, que, como se sabe, se revestiu de um verdadeiro aparato de cruzada, o monarca português deu passos decisivos para a conquista do reino oatácida de Fez, no Norte, e do emirado hintata de Marráquexe, no Sul. Relativamente a este último, situado na mais directa área de intervenção de Safim e Azamor, há indícios de, nos inícios de 1514, se ter preparado uma investida contra o emirado hintata de Marraqexe.

54 Carta de D. Manuel a Bentafufa, Lisboa, 25 de Agosto de 1514, ANTT, CC, parte I, maço 15, doc. 118, pub. D. Lopes, *Textos em aljamía*, ed. cit., pp. 83-85 e *SIHM*, I, pp. 601-602.

55 Ver, entre outras: Memória do Rabino Abraão (Benzamerro), Safim, 11 de Setembro de 1514, ANTT, CC, parte 1, maço 5, doc. 75, pub. *SIHM*, I, pp. 619-629; Carta de Nuno Fernandes de Ataíde a D. Manuel, Safim, 12 de Setembro de 1514, ANTT, CC, parte I, maço 16, doc. 13, pub. *SIHM*, I, pp. 630-637; Carta de Nuno Fernandes de Ataíde a D. Manuel, Safim, 16 de Outubro de 1514, ANTT, *Gavetas*, gav. 15, maço 16, doc. 32, pub. *SIHM*, I, pp. 642-648.

Logo após a vitória de Azamor, o monarca português escreveu ao papa Leão X, assegurando-lhe que, em breve, seria senhor da região em causa⁵⁶. A 8 de Março de 1514, o mesmo papa emitia bula de cruzada em favor de todos os cristãos que combatessem os “infiéis” de África⁵⁷ e, a 17 de Junho do mesmo ano, dando a conquista de Marraquexe como iminente, pedia ao rei de Portugal para aí colocar o bispo titular, D. Martinho Cabeça de Vaca⁵⁸.

Se a expedição não se concretizou nesse ano, deveu-se, primeiro, às rivalidades entre Nuno Fernandes de Ataíde e D. João de Meneses, capitão do campo de Azamor: ambos queriam ter os louros da expedição, mas sem os partilhar. Depois, à oportunidade de submissão do emir de Marraquexe à suserania portuguesa, pela via da negociação, oportunidade gorada porque as exigências colocadas pelo rei de Portugal foram tão altas que Mulei Nacer, o Hintata, não as pôde aceitar⁵⁹.

Pouco depois do fracasso destas negociações, começaram a correr rumores sobre o regresso de Bentafufa a Marrocos. É o próprio Ataíde quem, nas suas cartas ao monarca, deles faz eco. As várias missivas escritas a este propósito são um verdadeiro manifesto de indignação, mas também de amargura, por ver o monarca dar mais crédito à palavra do Mouro que à sua. Considera-se vítima daqueles que encham os ouvidos ao rei, para o prejudicar: *“Eu falaria mais largo, se tivesse licença de Vossa Alteza, em provar pelas armas a quem vos fala neste Mouro que não diz bem e falsamente o fala e que o cega seu juízo pela inveja que me têm mais que pelo desejo que têm de vosso serviço, e não de baixelas nem de pedrarias, porque eles as têm, senão pelas mercês que me Deus cá tem feitas”*⁶⁰.

Não se sabe se D. Manuel teve efectivamente intenção de nesta data reenviar Bentafufa para Marrocos, mas uma coisa é certa, o alcaide dos mouros de pazes

56 Carta em latim, datada Safim, 30 de Setembro de 1513, pub. *SIHM*, pp. 434-437. Sob título “Carta das novas que el-rei D. Manuel enviou ao papa da tomada d’Azamor”, conserva-se na BNP, *Manuscritos Alcobacenses*, n.º 297, ff. 112v-113r, uma versão portuguesa desta carta (pub. Afonso de Dornellas, *História e Genealogia*, tomo V, Lisboa, 1919, pp. 14-15).

57 ANTT, *Colecção de Bulas*, maço 21, n.º 12, resumo pub. em *Alguns Documentos do Archivo Nacional da Torre do Tombo acerca das navegações e conquistas portuguesas*, editados por José Ramos-Coelho, Lisboa, Imprensa Nacional, 1892, p. 352.

58 ANTT, *Colecção de Bulas*, maço 37, n.º 40, pub. *SIHM*, I, pp. 569-571.

59 Sobre todo este processo que culminou com a tentativa de conquista de Marraquexe, em Abril de 1515, ver a síntese “Expédition contre Marraqueche, 23 avril 1515”, *SIHM*, I, pp. 687-692.

60 Carta de Nuno Fernandes de Ataíde a D. Manuel, Safim, 12 de Dezembro de 1514, ANTT, CC, parte I, maço 17, doc. 12, pub. *SIHM*, pp. 658-663 (citação colhida na p. 660).

não tinha perdido o reconhecimento e a confiança do monarca português, que, em Novembro de 1514, o presenteou com duas peças finas e luxuosas de vestuário⁶¹. Mas, para Ataíde a pior notícia foi saber que Bentafufa, caso regressasse a Marrocos, teria como destino Azamor de onde, com o novo governador da cidade, D. Pedro de Sousa, avançaria para a conquista de Marraquexe.

Esta informação foi a gota de água que fez transbordar o copo: Ataíde assevera ao monarca que, se tal se verificar, nunca mais sairá da cidade de Safim, não só por recear ser assassinado por Bentafufa, mas também porque, perante tal desconsideração, perderá o respeito dos mouros de pazes e dos moradores de Safim. Numa carta perpassada de ressentimento, não esconde também quanto lhe desagradou saber que, para mais, o monarca lhe tirou alçada sobre os mouros de pazes da Xarquia, colando-os sob a dependência do governador de Azamor, terminando com o seguinte desabafo: *“E se, nas cousas de cá, não tenho dado a Vossa Alteza esperanças de miríades, é por vos falar verdade, porque não sou homem mais que de um caminho e Vossa Alteza bem o sabe. Digo isto assi a Vossa Alteza porque pouco me fica já que lhe fale, nem que escreva”*⁶². Mesmo assim, ainda faz uma última tentativa recolhendo mais um punhado de testemunhos contra Bentafufa, com a esperança de que eles *“abastem pera porem este Mouro em lugar donde perca a esperança de não tornar mais a terra de Mouros”*⁶³.

Tais rumores, provavelmente, não passariam de boatos, postos a circular pelos adversários de Ataíde, pois não nos parece plausível pretender o monarca português desautorizar e desacreditar um dos seus melhores agentes e guerreiros no terreno. Mas, tal hipótese, a ter sido ventilada, só podia beber na opinião de alguns portugueses bem conhecedores da região. Um deles, o já citado Estêvão Rodrigues Bérrio, em carta ao monarca sugere-lhe aumentar a renda a Bentafufa, *“porque ele merece tudo”*, e fornecer-lhe cem cavalos para a sua guarda. Considera, além disso, que um ataque contra Marraquexe só resultaria se os guerreiros portugueses fossem ajudados pelos Mouros, utilizando a suas tendas para as deslocações, *“pois os homens não podem sofrer andar três noites*

61 Alvará de D. Manuel, Lisboa, Novembro de 1514, ANTT, CC, parte I, maço 16, doc. 99, pub. *SIHM*, I, pp. 651-652.

62 Carta de Nuno Fernandes de Ataíde a D. Manuel, Safim, 19 de Dezembro de 1514, ANTT, CC, parte I, maço 17, doc. 26, pub. *SIHM*, I, pp. 664-666.

63 Carta de Nuno Fernandes de Ataíde a D. Manuel, Safim, 27 de Dezembro de 1514, ANTT, CC, parte I, m. 19, doc. 58, pub. *SIHM*, I, pp. 667-229.

*no campo, nem menos os cavalos, senão nas próprias alcaimas, que são as tendas dos Mouros*⁶⁴.

A grande investida contra Marraquexe concretizou-se em Abril de 1515. Sem Bentafula, mas com um significativo apoio das tropas muçulmanas aliadas. No entanto, as forças portuguesas acabaram rechaçadas. Retrocederam ao fim de quatro horas de combate, face à resposta do Hintata, que contava com a ajuda do Xarife de Sus e de um alcaide do rei de Fez⁶⁵.

Meses depois ocorreria o desastre da expedição de Mamora (Junho-Agosto de 1515), envolvendo uma armada de mais de 8000 homens de armas portuguesas saída de Lisboa, sob o comando de D. António de Noronha, com o objectivo de construir uma fortaleza na foz do rio Cebu, e outra em Anafé, ambas destinadas a servir de base à conquista do reino de Fez. A derrota portuguesa face ao ataque das tropas do rei de Fez, resultou na morte de cerca de 4000 combatentes e na perda de muitas munições de guerra. Não menos grave, contribuiu para o descrédito das armas portuguesas em Marrocos que, a médio prazo, conduziria à retracção do senhorio dos campos⁶⁶.

3. O verdadeiro senhor do campo (1516-1518)

Nuno Fernandes de Ataíde foi morto, entre 21/22 de Maio de 1516, no decurso de uma expedição punitiva no interior. Com ele pereceram mais de 250 combatentes e 35 ficaram prisioneiros. Dois meses depois, mais precisamente em 21 de Julho, Bentafula desembarcava novamente em Safim, onde, segundo Góis, foi recebido com contentamento de seus amigos, mouros e cristãos: *“Fizeram-se por todos os aduares grandes festas de tambores, tangidos em todas as tendas, com jogos danças e cantares”*⁶⁷.

Chegava na companhia do novo governador da cidade, D. Nuno Mascarenhas, e com poderes reforçados, o que prova que D. Manuel I não perdera a confiança no Mouro. Por carta datada de Julho do mesmo ano, nomeou-o

64 Carta de Estevão Rodrigues Bérrio a D. Manuel, Tavira, 19 de Maio de 1514, ANTT, CC, parte I, maço 15, doc. 39, pub. António Baião, *Documentos do Corpo Chronologico*, ed. cit. pp. 90-93 e *SIHM*, I, pp. 552-558.

65 Para uma síntese sobre esta investida, ver a já citada síntese “Expédition contre Marraqueche, 23 avril 1515”, *SIHM*, I, pp. 687-692.

66 Sobre o desastre de Mamora, além de Damião de Góis, *Crónica de D. Manuel*, ed. cit., III, cap. 76, ver a síntese, “L’expédition de La Mamora”, *SIHM*, I, pp. 695-702.

67 Damião de Góis, *Crónica de D. Manuel*, ed. cit., liv. IV, cap. 7.

novamente alcaide de toda a Duquela. No exercício deste cargo tinha direito ao quinto do despojo das cavalgadas e poderes para administrar justiça “*segundo os costumes antigos de entre os xeques e povos da Duquela*”. Relativamente à escolha dos seus colaboradores, fonte de tantos problemas em tempo de Nuno Fernandes de Ataíde, determina que os alcaides passariam a ser de nomeação régia, mas sob sugestão de Bentafufa, enquanto os arrecadadores de tributos seriam da sua exclusiva competência. Por último e seguindo a sugestão de Estevão Rodrigues Bérrio, D. Manuel concede-lhe uma guarda pessoal de cem lanças de mouros⁶⁸. Alguns meses mais tarde, outorgar-lhe-ia ainda uma tença anual de trezentas onças de prata de trezentos e vinte reais a onça⁶⁹.

Mas mais significativo talvez é o facto de, a partir deste seu derradeiro regresso a Marrocos, Bentafufa começar a corresponder-se mais assiduamente com o monarca, dando-lhe directamente informações sobre a sua acção no campo, problemas com que se debate, tomando o próprio monarca precauções para que as cartas enviadas a Bentafufa não passassem pelos capitães e lhe fossem entregues em mão⁷⁰.

Pode afirmar-se, por isso, que Bentafufa, embora sob a dependência formal dos governadores portugueses de Safim e Azamor, emerge, neste período final, como o verdadeiro senhor do campo. Tal estatuto é, aliás, confirmado pelas cartas de D. Manuel I nas quais várias vezes lembra a D. Nuno de Mascarenhas que as suas competências se confinam à defesa da cidade de Safim. Estatuto reconhecido (e quantas vezes contestado) pelos governadores.

Simão Correia, capitão de Azamor, ao noticiar ter sido contactado por alguns xeques da tribo Uled Amram que se queriam colocar sob a suserania portuguesa, apressa-se a esclarecer o monarca: “*e a Cide Hea tenho já escrito do que me estes xeques escreveram, dizendo-lhe em minha carta que, como alcaide principal de toda a Duquela de Vosa Alteza, eu não queria fazer nenhum assento com estes mouros nem outro senão por sua mão*”⁷¹.

68 Carta patente de D. Manuel, s.l., Julho de 1516, ANTT, *Cartas dos Governadores de África*, n.º 11, pub. D. Lopes, *Textos em aljamía*, ed. cit., pp. 115-118 e SIHM, II, pp. 6-9.

69 Mercê a Ben Tafufa de trezentas onças de prata, s.l.n.d. (1516), ANTT, *Cartas Missivas*, maço I, doc. 49, pub. D. Lopes, *Textos em aljamía*, ed. cit., pp. 118-119.

70 D. Nuno Mascarenhas, governador de Safim, manifesta o seu despeito por este procedimento, revelador da desconfiança do monarca. Cf. Carta a D. Manuel, Safim, 11 de Março de 1517, ANTT, *Cartas dos Governadores de África*, n.º 309, pub. D. Lopes, *Textos em aljamía*, ed. cit., pp. 139-142 e SIHM, II, pp. 63-66.

71 Carta de Simão Correia a D. Manuel, Azamor, 3 de Outubro de [1516], ANTT, *Gavetas*, Gaveta 15, maço 1, doc. 32, pub. SIHM, II, pp. 34-36 (citação colhida na p. 36).

Por outro lado, torna-se evidente que D. Manuel I procura agora investir mais numa política de expansão assente nas boas relações entre Muçulmanos e Cristãos, determinada, é certo, pela conjuntura político-militar, mas para a qual poderá também ter contribuído a opinião de Bentafufa. Mais atento aos problemas de relacionamento entre as duas comunidades, promulga alvarás tendentes a cercear muitos dos abusos e prepotências dos portugueses. Bentafufa, no seu regresso, teria mesmo sido portador de um desses documentos. Os restantes foram promulgados nos inícios de 1517⁷². E, ainda nesse ano, D. Manuel I dá instruções ao seu embaixador em Roma no sentido de solicitar ao Papa autorização para fornecer armas aos alcaides dos mouros que estão ao seu serviço, com base na seguinte argumentação: *“porque as cousas da guerra dos Mouros estão agora, louvores a Nosso Senhor, d’outra maneira do que estavam, porque entre eles mesmos temos capitães e alcaides nossos mouros, que com nossa gente e com a gente dos mouros, que estão assentados em nossa paz e nos pagam páreas e tributos, fazem a guerra aos mesmos mouros que não estão assentados em nosso serviço, assi como é agora em Safim um mouro principal, que se chama Cide Yhea Tafuu, que é nosso capitão de toda a Duquela”*⁷³.

As novas orientações superiores não parecem ter mudado muito as coisas no terreno. Diria mesmo que elas tenderam a agravar-se. Às querelas decorrentes da partilha de poderes, vinha juntar-se a animosidade daqueles que viram cerceados os privilégios das cavalgadas e entradas. Assim, as relações de Bentafufa com os capitães portugueses, sobretudo o de Safim, começaram a degradar-se. Acontecimentos, ocorridos em Safim na noite de S. João de 1517, acabaram por redundar numa desordem. Indo Bentafufa a caminho do Sul, acompanhado de guerreiros de Garabia, para evitar a consumação de um acordo entre o Xarife e os Abida, fez uma paragem em Safim, para dar conta a D. Nuno Mascarenhas da sua missão e para visitar a sua família aí estante. Ao outro dia, os combatentes mouros que o acompanhavam entraram na cidade, circunstância aproveitada pelos seus adversários para pôr os moradores em pânico, espalhando que ele vinha com intenções de tomar a cidade de assalto.

72 Alvarás de D. Manuel, Lisboa, 2 de Janeiro de 1517, ANTT, CC, parte 1, maço 21, doc. 1, pub. *SIHM*, II, pp. 54-56. Sobre estes alvarás e sobre o que teria sido levado pelo próprio Bentafufa, ver também carta de D. Nuno Mascarenhas citada na nota 70.

73 Instruções de D. Manuel a D. Miguel da Silva, (11 de Maio de 1517), ANTT, *Gavetas*, gaveta 7, maço 16, doc. 5, pub. *SIHM*, II, 82-84 e em várias colectâneas documentais.

Advertido, Bentafufa arrostando sérias dificuldades para convencer os moradores das suas boas intenções e libertar alguns dos seus companheiros entretanto aprisionados.

Este episódio marcou-o profundamente, como provam as cartas que escreveu a D. Manuel I e a D. Nuno, um dos seus influentes amigos no Reino⁷⁴. A reacção de D. Manuel I às cartas de Bentafufa e também às de D. Nuno Mascarenhas, capitão da cidade, e de D. Rodrigo de Noronha o amigo e defensor de Bentafufa, não se fez esperar. A este reafirma a sua total confiança procurando acalmá-lo, justifica a actuação de D. Nuno Mascarenhas e promete expulsar da cidade os mexeriqueiros causadores do incidente. A D. Rodrigo de Noronha que, deduz-se, desagradado com o procedimento de D. Nuno Mascarenhas manifestara vontade de regressar ao Reino, aconselha não sair da cidade, considerando fundamental a sua intervenção para apaziguar a “torvação em que é posto Yhea Tafuu com esse caso passado”. Bem mais dura é a carta remetida a D. Nuno Mascarenhas na qual, além de manifestar o seu desprazer por ver Bentafufa acusado de traição, proíbe expressamente o governador de submeter a actuação do alcaide a um inquérito, por não admitir que se possa pôr em causa a sua lealdade, como também por antever a falta de isenção das pessoas escolhidas para conduzir esse inquérito. Sintomática é a recomendação final: *“Abastará por então olhardes pela guarda e segurança da cidade, assim como sem este movimento o devíeis fazer e nós vo-lo temos mandado, e nisso consiste vossa obrigação e a conta que de vós principalmente nos haveis de dar”*⁷⁵.

Apesar dos esforços de D. Manuel I, Bentafufa, profundamente ferido, continuou a clamar, praticamente até à data da sua morte, por justiça e pelo castigo dos seus difamadores, designadamente alguns judeus e oficiais de Safim, a quem considerava mais responsáveis. As cartas que no seguimento deste episódio, escreve ao monarca português são, como caracteriza David Lopes, “um grito de alma”, e um testemunho lancinante de um homem acossado, consciente da insustentabilidade da sua posição, numa conjuntura local em que,

74 Não conseguimos apurar o apelido deste D. Nuno. Os editores das *SIHM* aventam tratar-se de Nuno da Cunha, o que foi vedor da Fazenda e governador da Índia.

75 Estas três cartas de D. Manuel são datadas de 23 de Julho de 1517, ANTT, CC, parte I, maço 22, docs. 39, 40 e 41, pub. *SIHM*, II, pp. 112-121; as cartas dirigidas a Bentafufa e a D. Rodrigo de Noronha foram também pub. por D. Lopes, *Textos em aljamía*, ed. cit., pp. 104-109.

dia a dia, crescia a luta contra a presença portuguesa, conduzida pelos Xarifes sádidas e dinamizada pelos movimentos religiosos locais.

Bentafufa morreu em 16 de Fevereiro de 1518. Vítima de uma armadilha, foi assassinado quando fazia uma visita a um xeque da tribo dos Abida. Vários portugueses que o acompanhavam, entre eles o seu amigo e defensor, D. Rodrigo de Noronha, foram feitos prisioneiros.

Com a derrota de Mamora e a morte de Nuno Fernandes de Ataíde, a zona de mouros de pazes em redor de Safim e Azamor sofrera o primeiro grande golpe. Bentafufa, após o seu regresso de Portugal, conseguiu reanimá-la transitoriamente. Pode afirmar-se que, após o seu assassinio, o processo de retracção se tornou irreversível.

A breve prazo, a presença portuguesa na região ficaria confinada aos redutos fortificados de Safim, Azamor e Mazagão. Os dois primeiros seriam abandonados, logo após a perda de Santa Cruz do Cabo de Guer, em 1541.

Conclusão

Como escrevemos na introdução a este breve apontamento sobre a vida de Bentafufa, o seu percurso inscreve-se na multiplicidade de experiências e vivências configuradas pela expansão portuguesa em terras de além-mar. Ele ilustra, tal como o de muitos outros votados ao esquecimento, o papel fundamental de certos agentes locais no processo das colonizações europeias. Sem arrenegarem o mundo e os valores espirituais/religiosos em que foram criados, trilharam o difícil caminho da colaboração com o conquistador ou com o colono estrangeiro. Bentafufa não foi um arrenegado, nem um trânsfuga ou um tornadiço, como se dizia ao tempo. Fica, no entanto, a dúvida quanto às suas verdadeiras intenções. O mais provável é ter apostado, muito pragmaticamente, no lado daqueles que, na ocasião, lhe parecia reunirem melhor condições para dominar. Correu o risco e sofreu as consequências quando a correlação de forças se alterou.

Independentemente de ter ou não ter sido um leal servidor da Coroa portuguesa e das ambições pessoais que o moveram, não se lhe pode negar a estatura de estratega militar e político. Defendeu causas e batalhou por elas.

Como alcaide dos mouros de pazes sempre se recusou a desempenhar o mero papel de intermediário. Assumiu-se, não raras vezes, como defensor dos interesses destes mouros junto das autoridades portuguesas. Testemunham-no as suas queixas contra a cobrança abusiva de taxas, as suas intervenções em

defesa dos presos ou maltratados injustamente, a sua benevolência para com os cativos muçulmanos, as suas críticas aos oficiais portugueses que pagavam o trigo levado à cidade metade em dinheiro, metade em pauladas.

Enfim, tudo isto nos fala de um alcaide para quem os mouros de pazes deviam ter um estatuto de igualdade e não de submissão. O rabino Abraão Rute, num dos seus libelos acusatórios, captou bem este esforço exercido no sentido de dar dignidade aos mouros de pazes: “a alguns dos mouros, que vinham a submeter-se e com medo, dizia que porque vinham com tanto medo, que davam favor e punham fantasia nos Cristãos”⁷⁶.

Por outro lado, Bentafufa concebeu o protectorado, que ajudou a instaurar, como uma verdadeira zona de mouros de pazes (não de mouros de guerra). E, como se viu, apesar de isso lhe ter custado outras guerras, conseguiu, pelo menos a partir da sua segunda estada em Portugal, convencer o monarca português a aderir à bondade desta estratégia.

Se junto de D. Manuel venceu a batalha contra a difamação, já no terreno, teve de enfrentar outras batalhas nomeadamente contra aqueles que nunca aceitaram que se desse tanto poder a um Mouro, e que achavam uma perda de tempo investir na “geometria” das negociações, como lhe chamava Nuno Fernandes de Ataíde, ou seja, reger e concertar as cousas de Alarves e Berberes e destes com Cristãos e Judeus.

Por isso, a sua situação do lado português, tornou-se insustentável. A partir do momento em que D. Manuel lhe deu o senhorio do campo, congregou a oposição dos governadores das cidades e de quantos, “pela necessidade e costume que tinham cada dia em partir cavalgadas, agora não têm nada, por eu ter tudo em paz, como Vossa Alteza me mandou, e não ser proveito seu deles”⁷⁷. Quanto ao lado muçulmano, exacerbado pela guerra santa contra os invasores, é o próprio a definir claramente a situação:

“Não tenho terra onde viva em terra de Mouros, que não morra”⁷⁸.

76 Memória do rabino Abraão Rute, Safim, 11 de Setembro de 1514, IAN/TT, CC, parte 3, maço 5, doc. 75, pub. D. Lopes, *Textos em aljamía*, ed. cit., pp. 86-94 e *SIHM*, I, pp. 620-629 (citação colhida na p. 622).

77 Carta de Bentafufa a D. Manuel, [Safim, depois de 24 de Junho de 1517], ANTT, Casa dos Tratados, documentos árabes, caderno dos aljamiados, pub. D. Lopes, *Textos em aljamía*, ed. cit., pp. 51-61 e *SIHM*, II, pp. 100-105 (citação colhida na p. 104).

78 Carta de Bentafufa a D. Nuno, [Safim, depois de 24 de Julho de 1517], ANTT, Casa dos Tratados, Documentos árabes, caderno dos aljamiados, pub. David Lopes, *Textos em aljamía*, ed. cit. pp. 62-71 e *SIHM*, II, 106-110 (citação colhida na p. 110).